

Janeiro 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

| | |
|---|-----------|
| 1 Redução da Pobreza e Economia | 1 |
| 1.1 - Esperança renovada para ex-militares..... | 1 |
| 1.2 Banco sol concede crédito a mil e 300 pessoas..... | 1 |
| 1.3 Ressuscitar Entrepasto | 1 |
| 1.4 Inaugurado novo mercado dos Cajueiros..... | 2 |
| 1.5 Venda ambulante ganha novos mercados | 3 |
| 1.6 A «Babel» nos Congolenses | 3 |
| 1.7 Alta de preços depois da quadra no mercado Informal..... | 4 |
| 1.8 Acabar com a lavagem de carros nas ruas?..... | 5 |
| 2. GOVERNAÇÃO | 5 |
| 2.1 Eleições: Cardeal apela à preparação condigna..... | 5 |
| 2.2 Um ano decisivo para a conferência de doadores | 6 |
| 2.3 “O Governo está a agir de forma unilateral sobre a matéria eleitoral”..... | 7 |
| 2.4 Capapinha quer órgão de consulta..... | 7 |
| 2.5 Ministro apela: ONG´s devem apoiar mais | 8 |
| 3. EDUCAÇÃO, CRIANÇA E JUVENTUDE | 8 |
| 3.1 2,6 milhões de alunos vão à escola..... | 8 |
| 3.2 Cada vez mais sofredor ISCED em Luanda | 9 |
| 3.3 Dor de cabeça para se entrar no «médio»..... | 10 |
| 3.4 Revitalização dos núcleos universitários no Huambo | 11 |
| 4. SERVIÇOS BÁSICOS | 12 |
| 4.1 Cisternas abastecem água a zona baixa da cidade..... | 12 |
| 4.2 Moradores do Catambor contestam EPAL | 12 |
| 4.3 Verbas travam obras do sistema de água na Kissama | 12 |
| 4.4 Luandenses na luta diária com o sistema de transporte | 13 |
| 4.5 Buracos não perdem espaço | 13 |
| 4.6 EDEL promete melhorias..... | 14 |
| 4.7 A vida ao lusco-fusco..... | 14 |
| 5. TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO | 14 |
| 5.1 General anónimo desgraça a vida de família humilde em Cabo Lombe..... | 14 |
| 5.2 Cidadãos exigem o fim das demolições..... | 15 |
| 5.3 Projecto “Ondjwo Yetu” já tem inscritos mil e 400 sócios..... | 16 |
| 5.4 Crescimento de Luanda estimado em dez quilómetros quadrados por ano..... | 17 |
| 5.5 Antigos moradores da Boavista vendem casas no Zango..... | 17 |
| 5.6 A Lei de Terra e o género-perspectivas | 18 |
| 6. PAZ E CIDADANIA | 19 |
| 6.1 População faz entrega de mil armas de fogo no Huambo..... | 19 |
| 6.2 Estudo analisa importância dos traumas de guerra no comportamento social | 19 |
| 6.3 Organizações não-governamentais pretendem participar na futura lei de observação eleitoral..... | 20 |
| 7. EFEMÉRIDES | 20 |
| 7.1 A cidade de Luanda assinala hoje, terça-feira, 25, 429º aniversário da sua fundação. | 20 |

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 - Esperança renovada para ex-militares

Jornal de Angola, 27-01-2005

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros (CM), reunida ontem em Luanda em sessão ordinária, no Palácio Presidencial, aprovou o balanço preliminar da execução dos programas de melhoria de serviços sociais e básicos às populações das províncias do Uíje, Zaire, Kwanza- Norte, Luanda e Bengo.

Tendo em conta os resultados obtidos, a Comissão Permanente decidiu aprovar os programas de melhoria e aumento da oferta de serviços sociais e básicos as populações das referidas províncias, para o biénio 2005/2006.

As acções preconizadas nos programas aprovados procuram consolidar e potenciar os resultados já obtidos, dando-se, contudo, prioridade às acções não concluídas e enquadrando-se novos projectos que concorram para o desenvolvimento das províncias nos sectores da educação, saúde, energia e águas, obras públicas e agricultura.

Os projectos a serem implementados visam garantir as condições indispensáveis para o assentamento das populações, a segurança alimentar e o combate à fome e à pobreza.

Na reunião, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a Comissão Permanente aprovou por outro lado o projecto de prorrogação do mandato por dois anos da Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária, como órgão do Governo vocacionado para coordenar, acompanhar e controlar os programas e projectos de assistência humanitária.

A prorrogação tem por objectivo dar continuidade e, sobretudo, assegurar o desenvolvimento das acções residuais no quadro da assistência humanitária.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros tomou conhecimento da execução do programa geral de desmobilização e reintegração dos ex-militares, que contempla cerca de 97 mil efectivos das ex- Forças Militares da UNITA e cerca de 33 mil efectivos das Forças Armadas Angolanas que se juntarão ao actual

grupo alvo.

1.2 Banco sol concede crédito a mil e 300 pessoas

Jornal de Angola, 27-01-2005

Mil e 300 mulheres vulneráveis no município do Bié, beneficiaram em 2004 de micro-crédito, concedido pela Agência do Banco Sol.

De acordo com a directora provincial da Direcção da família e Promoção da Mulher (Difumu), Angélica Benvinda da Conceição, cada vulnerável beneficiou 100 dólares.

A responsável disse que o projecto de micro-crédito tem objectivo de ajudar as mulheres que vivem em condições extremamente crítica, nomeadamente falta de alimentação, utensílios de cozinha, vestuário e outros meios de sobrevivência.

“Com essa quantia, elas passam a efectuar uns pequenos negócios para lhes facilitar o sustento das suas famílias”, explicou Angélica da Conceição.

Disse igualmente que aqueles que não cumprirem com o reembolso no tempo previsto, não terão direito a outro crédito.

Angélica da Conceição disse ainda que o seu sector está a negociar com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Fomento de Angola (BFA) no sentido de abraçarem o projecto de micro-crédito, com vista a minimizar a situação das camadas mais desfavorecidas na sua maioria mulheres.

Segundo ela, a Difumu prevê estender o projecto de micro-créditos nos municípios do Andulo, Kamacupa e Chinguar com vista a ajudar as mulheres daquelas localidades.

1.3 Ressuscitar Entrepasto

Folha 8, 15-01-2005

O Governo, depois do fracasso inicial, face a urna débil política comercial, onde a ausência de marketin foi a peça mais notória, uma vez o mercado ter uma diversidade de armazenistas e grossistas com preços corrençiais, pretende relançar o Entrepasto Aduaneiro e Comercial de Luanda, criado há dois, tendo adquirido 10 milhões de dólares em bens essenciais, que deverão chegar à capital dentro de dias, confirmou ao Folha 8 uma fonte do ministério das Finanças.

A importação, que inclui arroz, açúcar e óleo, entre outros bens de primeira necessidade, foi revelada pelo

ministro das Finanças, José Pedro Morais, salientando que a medida pretende “estabilizar os preços e regularizar o abastecimento do mercado nacional”.

Os produtos adquiridos, que também incluem óleo de soja, leite condensado, conservas e sabão, são provenientes de vários países, entre os quais Portugal, Brasil, Argentina, Marrocos e Vietname. A estabilidade dos preços e a regularização do mercado foram os objectivos anunciados pelo governo angolano na altura da criação do Entrepasto, mas que acabaram por não se concretizar, alegadamente devido a problemas de gestão.

“As expectativas não foram atingidas devido a uma gestão deficiente, ficando a acção do entreposto reduzida a uma margem de comercialização muito reduzida”, afirmou o ministro, que falava na cerimónia de posse da nova administração do Entrepasto Aduaneiro e Comercial de Luanda.

Desde a sua inauguração, em Outubro de 2002, o entreposto importou cerca de 40 milhões de dólares de produtos básicos, o que representa apenas metade do volume esperado para este período.

O relativo fracasso da iniciativa nos primeiros dois anos de actividade traduz-se no facto deste entreposto apenas assegurar actualmente cerca de 15 por cento das necessidades do mercado em produtos básicos, o que inviabilizou o seu impacto na estabilização dos preços.

José Pedro Morais recordou que o entreposto foi criado pelo Governo com a intenção de funcionar com crédito das principais empresas fornecedoras de bens de primeira necessidade, o que não se veio a concretizar. “Se as expectativas do Governo tivessem sido correspondidas, os preços teriam estabilizado e estaria regularizado o abastecimento de bens à população”, salientou.

Na sua intervenção, o ministro referiu ainda que a criação do entreposto foi uma “forma indirecta do Governo combater o oligopólio”, numa alusão ao facto do mercado de produtos básicos ser dominado em Angola por “quatro ou cinco” grandes empresas do sector.

Esta foi uma questão a que o Presidente, José Eduardo dos Santos, também aludiu no discurso que proferiu a 11 de Novembro, data do aniversário da independência do país.

O Entrepasto Aduaneiro e Comercial de Luanda, que tem registado 750 comerciantes grossistas, inclui 34 armazéns, com uma área total de 21 mil metros quadrados.

O plano de expansão prevê a inclusão de mais 51 armazéns, o que elevará a área total disponível para cerca de 60 mil metros quadrados. As autoridades, depois de estabilizarem o funcionamento do entreposto existente em Luanda, pretendem criar outros entrepostos nas províncias de Cabinda, Benguela e Namibe, onde se encontram os principais portos do país. Com a criação desta rede de entrepostos, o Governo pretende criar condições para que os comerciantes grossistas ali adquiram os produtos para venda a retalho, respeitando uma margem de lucro fixa.

A redução do tempo de importação das mercadorias é outro dos objectivos definidos, esperando as autoridades que o actual ciclo de importação de uma mercadoria, que varia entre três e seis meses, possa ser substancialmente encurtado.

A comercialização dos produtos básicos pelo entreposto permite reduzir para apenas dois dias o prazo entre a compra e a retirada do produto do armazém, deixando os comerciantes grossistas de esperar tanto tempo pelas mercadorias que importam.

1.4 Inaugurado novo mercado dos Cajueiros

Jornal de Angola, 27-01-2005

O novo mercado dos Cajueiros, no município do Cazenga, Luanda, foi inaugurado terça-feira, em cerimónia presidida pelo coordenador da Comissão de Gestão de Luanda, Job Castelo Capapinha.

O novo local de vendas, com três naves, está coberto e dotado de espaços para lojas (quiosques), bancadas para cerca de 400 vendedores, câmaras frigoríficas por instalar, casas de banho, dois reservatórios de água, um gerador eléctrico, armazém e o gabinete do administrador.

O empreendimento, iniciado em Setembro de 2004 cujo montante não foi revelado é o primeiro de um conjunto de 12 a serem erguidos na capital do país, sob financiamento mediante linha de crédito da China.

De referir que os vendedores do novo mercado, antes vendiam num espaço sem cobertura junto à avenida principal sem as mínimas condições de comercialização e os produtos expostos ao sol.

Localizado no sector 1 do bairro da Comissão do Cazenga, constitui hoje um mercado de raiz, e com as condições necessárias para a prática do comércio informal no município.

Na ocasião, Job Capapinha frisou que o GPL tudo está a fazer para que paulatinamente venha a minimizar as diversas dificuldades da população e apelou para a necessidade dos municípios conservarem os empreendimentos construídos.

Enfatizou que o Cazenga foi brindado com uma obra de raiz que custou, aos cofres do Estado, avultada soma em dinheiro, e anunciou que várias outras poderão surgir para que a população viva condignamente numa sociedade moderna.

1.5 Venda ambulante ganha novos mercados

A Capital, 01-01-2005

Congolenses e São Paulo passaram, nos últimos tempos, a ser os principais pontos de concentração da venda ambulante. Para muitos elas surgiram em boa hora, pois facilitam a vida de muita gente. Mas para outros, sobretudo os moradores das redondezas, elas passaram a ser o pior pesadelo, dada a desordem e a lixeira que grassam nesses locais

Chiquita vende nas imediações do São Paulo há dois anos. É ali onde sempre vendeu desde que se iniciou nesta actividade. Com a Polícia e os fiscais, ela já se entende. Aliás, «vendo na rua, porque não tenho lugar no mercado», o oficial.

Antes, elas e as demais companheiras tremiam que nem varas verdes com a presença da polícia, sobretudo «nos dias em que eles ficavam de plantão», por se tratar dos dias mais complicados para o negócio.

Agora, o quadro inverteu-se, em benefício das vendedoras.

No lugar de fugirem, aprenderam a «domar» a fera chamada agentes da polícia. É que quando estão agastadas de tanto brincarem ao gato e o rato com os agentes da ordem pública, simplesmente pagam-nos.

«Como não conseguem pedir, estão sempre atrás de nós», afirma Marisa que também vende nas imediações do São Paulo e que se exime de todas as responsabilidades pelo facto de estar a vender naquela local. «Se existisse um mercado para nós, estaria disposta a ir para lá».

Em tempos não muito distante, a vendedora diz ter sido informada que seriam transferidas para um outro local, mas até agora nada foi resolvido. «Corremos muito perigo nas ruas», mas vêem-se de mãos atadas.

Noves fora o perigo que representam os policiais e os marginais que proliferam a área, consideram vantajoso a venda debaixo dos edifícios que se acham no bairro do São Paulo. É que clientes não faltam, uma vez que pessoas há que não gostam de entrar nos armazéns.

«Nós facilitamos a vida de muita gente» acrescentou. A permanência dessas vendedoras à beira da estrada, tem causado um grande transtorno aos automobilistas, não fossem elas estreitarem as já difíceis vias.

1.6 A «Babel» nos Congolenses

Jornal de Angola, 27-01-2005

Na zona do mercado dos congolenses, mais concretamente na rua Lino Amezaga as vendedoras confinam-se à beira da estrada, por os clientes recusarem-se a entrar no mercado, dada a caricidade dos produtos, conforme explicou dona Samba, vendedora de longa data do mercado.

Ela, Carla e Fefinha têm as suas bancadas dentro e fora do mercado. Explicam que apenas agiram de tal forma por aquilo que consideram uma causa justa. «É apenas para vender alguma coisa, para sairmos com alguma coisa no final do dia», afirmaram.

No exterior, Fefinha comercializa roupas usadas, mas no interior vende géneros alimentares. E, por incrível que pareça, ela reconhece que vende mais «quando estou fora». Dona Carla não está preocupada com os lucros. Preocupa-se com a questão das senhoras que vendem fora do mercado. «Se arranjam um espaço para elas, quem vende dentro não terá necessidade de sair», sugeriu.

A paragem que se acha nas proximidades da empresa Cimex está agora transformada num mercado a céu aberto, onde um grupo de vendedores ambulantes aborda, maioritariamente, os automobilistas, visando comercializar os seus produtos. Não se sabe ao certo de onde vieram, mas sabe-se apenas que reclamam também por um espaço para venderem os seus produtos, sem terem que fugir a Polícia.

Luísa Yolanda, moradora do bairro Nelito Soares, diz ser bastante incómoda a presença destes vendedores no local, sobretudo por não observarem horas determinadas para o início e fim das suas actividades.

«Quando terminam, deixam toda a sujeira, guardam as coisas na entrada dos prédios e interditam a passagem dos moradores», lamentou, para depois revelar os transtornos provocados pelas vendedoras aos carros dos vizinhos.

«Os carros dos moradores não podem ficar debaixo do prédio, porque até lá encontram-se elas a vender. Torna-se impossível permanecer no prédio, devido ao barulho que elas têm feito», reclamou. O caricato é que enquanto os moradores mantiverem as luzes acesas, os vendedores também não arredam o pé do local.

O cansaço da Polícia

Em Novembro último, a Polícia determinou que todos os vendedores, na sua maioria senhoras, a exercerem, ilegalmente, a actividade naquele perímetro, seriam retiradas das ruas quer no São Paulo, como nos Congolenses. Numa primeira fase, os vendedores acataram o despacho. Mas tal foi sol de pouca dura, já que os mesmos voltaram à carga.

A presença dos agentes da Polícia impossibilitava a venda, porque os mesmos estavam 24 horas ao dia no local, o que era mais complicado para todas elas. Hoje já não se verifica. Segundo Luísa Yolanda, logo depois das senhoras tomarem os seus lugares de volta, a Polícia retirou-se do local e «não se sabe ao certo se regressarão ou não». O certo é que a Polícia não é vista com a mesma frequência no local.

O que se verifica actualmente e algo que se tornou comum é ver os agentes em conversa de ouvido com as vendedoras, numa intimidade que já se tornou pernicioso, ao ponto de os próprios agentes se confundirem com os vendedores. Ninguém entre os moradores sabem onde termina um e começa o outro.

1.7 Alta de preços depois da quadra no mercado informal

O Independente, 15-01-2005

Duas semanas após o término do período festivo, os preços dos principais produtos que compõem a cesta básica continuam disparados no mercado informal, ao contrário dos anos anteriores.

Ao contrário das conjecturas que perspectivavam significativas reduções os preços no mercado informal logo a seguir à quadra festiva, os principais produtos que constituem a ementa básica, pelo menos de quem vive em Luanda, continuam alterados nos mercados da capital.

O facto apanhou populares algo surpresos.

Uma ronda por mercados da capital confirmou que o acréscimo, em média de 50 por cento, registado sobre os preços dos principais produtos em vésperas da quadra festiva permanece intacto. Destes, destacam-se a fuba e o peixe, que registaram um acréscimo de até cem por cento em alguns mercados.

Um quilograma de fuba, por exemplo, no mercado do São Paulo e do Golfe 2, passou de 50 a 100 kwanzas, enquanto meio quilograma de peixe congelado está actualmente cotado em 200 kwanzas, contra os anteriores 100.

Seguem-se ainda o arroz, óleo vegetal, açúcar, massa alimentar, carne, sal, batata rena, só para citar estes, que conheceram um acréscimo a rondar dos 25 a 50 por cento.

“Em vésperas das festas, a fuba de bombó aqui na praça do Avô Kumbi subiu de 40 para 70 kwanzas. E eu pensei que esta subida fosse apenas temporária por causa das festas”, lamentou Luísa Costa, moradora no Golfe 1.

Bela António, vendedeira ambulante de frutas nos Congolenses, responsabiliza as autoridades pela actual alta de preços, pois entende que a causa reside na subida do custo dos combustíveis. “A subida dos preços não tem nada a ver com as festas”, observa. “O problema é que, desde que o táxi subiu, nós também passámos a gastar mais para nos deslocarmos, pois adquirimos os produtos fora de Luanda”, finalizou.

Entretanto, o valor de 47 kwanzas (na prática 50) estipulado em Novembro pelo Ministério das Finanças e Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), em consequência do reajuste dos preços dos combustíveis, efectuado um mês antes, continua a repercutir-se de forma negativa na vida da maioria dos populares.

A grande questão centrasse no facto de, aparentemente, aqueles organismos terem encontrado um meio termo para as preocupações que há muito vinham sendo apresentadas pelo taxistas mas que vieram, afinal, agudizar a já negra condição financeira do cidadão comum, visto que os 47 kwanzas aprovados não passam de mera teoria por não existirem em circulação no mercado informal notas de um 1 kwanza.

As conjecturas de alguns analistas que perspectivaram, na altura, a decisão do Ministério das Finanças como sendo uma estratégia que visava o “rejeição” das notas de mais baixo valor facial (1 kwanza) não passaram disto mesmo. De resto, nunca se vislumbrou qualquer sinal da parte das autoridades que sustentasse essa teoria.

Assim sendo, a maioria dos cidadãos viu, num ápice, o custo de vida a dobrar, tendo em conta que a partir daquela altura passou a gastar duas vezes mais nas suas despesas regulares sem o devido reembolso. A rotina da professora e estudante universitária Luísa Costa é um caso paradigmático. Ela contou que quando se pagava 30 kwanzas por corrida de táxi, os gastos diários para o transporte (casa - faculdade de direito e vice-versa) totalizavam 120 kwanzas, à razão de quatro táxis por dia, “mas nesta altura estou a gastar 200 kwanzas diários”.

Entretanto, o seu salário mantém-se em 16 mil kwanzas, por, como disse, estar mal reconvertida. Em face a este panorama, a cidadã prognostica um 2005 prenhe de dificuldades, visto que o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2005, aprovado em Dezembro último, não prevê reajustes salariais ao nível da função pública.

1.8 Acabar com a lavagem de carros nas ruas?

Folha8, 29-01-2005

Uma das principais fontes de rendimento dos meninos de rua e jovens desempregados de Luanda está em risco de desaparecer, caso o governo provincial concretize a intenção de acabar com a lavagem de viaturas na via pública. A medida, anunciada pelo governador de Luanda, Job Capapinha, tem como principal objectivo melhorar a imagem da capital, onde são frequentes os charcos de água que resultam da lavagem de viaturas na via pública, apelando por isso às instituições públicas e privadas para que “desencorajem esta prática”. Nesse sentido, anunciou a intenção de enviar uma carta a todas as entidades públicas sobre esta questão, acrescentando que a fiscalização vai ser intensificada para fazer cumprir a lei nesta matéria. Apesar de ser ilegal, a lavagem de veículos, assim como vender produtos na rua ou engraxar sapatos, são “profissões” que ocupam centenas de crianças e jovens de Luanda, assegurando em muitos casos o sustento diário de milhares de casas.

“Estou nesta actividade há três anos porque, apesar de ter um curso de electricista, não consigo encontrar um emprego que me permita sustentar os meus irmãos”, afirmou Fernando Cassinga, 24 anos, natural da província do Huambo, que lava carros na zona da Mutamba, na baixa de Luanda.

Para este jovem, a medida “é boa”, mas é necessário criar empregos para os jovens».

A mesma questão foi levantada por Fernando Francisco, 19 anos, natural de Benguela, para quem “o governo, antes de tomar estas medidas, deveria pensar bem na

situação. O país não tem empregos para todos, como é que vamos sobreviver?”, questionou este jovem, que recebe mensalmente 200 dólares de um grupo de funcionários da Direcção Provincial de Obras Públicas para lavar os seus veículos todos os dias.

Justino António, 27 anos, tem o seu posto de trabalho em frente ao GPL. “Esta medida vai criar dificuldades.

Desde que acabei a tropa ainda não consegui um emprego e, por isso, lavo carros aqui na baixa para ganhar o pão que engana o estômago dos meus cinco filhos”, afirmou.

A lavagem de viaturas na via pública é uma actividade que já faz parte do quotidiano dos automobilistas de Luanda, onde é difícil encontrar um automóvel sujo nas ruas.

Os preços praticados variam entre 150 e 300 Kwanzas.

2. GOVERNAÇÃO

2.1 Eleições: Cardeal apela à preparação condigna

Jornal de Angola, 04-01-2005

O Cardeal Alexandre do Nascimento defendeu ontem, em Luanda, a necessidade da criação de condições para que as próximas eleições gerais em Angola se realizem num “clima de harmonia e sem sobressaltos”.

Alexandre do Nascimento disse ainda haver necessidade de se realizar um trabalho para que as próximas eleições no país sirvam de ponte para a melhoria das condições sociais dos angolanos.

“Não basta apenas a paz. É preciso trabalhar para que estas eleições sejam ponto de partida para a melhoria de tudo para os angolanos. Para mim, o mais importante é a melhoria do ser angolano”, disse o Cardeal, em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA).

“Em 1992 não tínhamos estruturas suficientes para realizar eleições. Aquilo era uma aventura. Não era coisa séria (...). Dado o conhecimento que tinha das duas partes e do meu povo, não augurava nada”, afirmou.

Ele disse que, na altura, endereçou uma carta ao Presidente norte-americano, para a tomada de providências de alguns assuntos que deveriam ser resolvidos antes da realização do pleito eleitoral. “Na altura faltavam muitas coisas, sobretudo o ânimo, que é de extrema importância em democracia”, recordou.

“Em 1992 dizia ao Presidente norte-americano que era preciso pelo menos três anos para preparar as eleições, sobretudo porque o estado de ânimo não se transforma de um dia para o outro. Infelizmente, os acontecimentos deram-me razão”, acrescentou o Cardeal Dom Alexandre do Nascimento.

Para si, o actual quadro se apresenta melhor em relação a 1992, porquanto, segundo ele, já se faz sentir na sociedade angolana um clima de real harmonia, onde pessoas falam uns aos outros cada vez com menos reserva e se sentem como famílias.....

A propósito, socorreu-se de uma frase do filósofo Aristóteles, segundo a qual “o melhor sinal de que há uma democracia é as pessoas darem-se bem”.

Defendeu igualmente a necessidade de conjugação de esforços para a preservação da paz no país. “Nós não precisamos de mais catástrofes. Já experimentámos o que é a guerra durante muitos anos, e agora vivemos um clima de paz. Creio que não haverá mais nada que nos leve a descarrilar o comboio da paz”, disse.

Referindo-se à catástrofe ocorrida recentemente na Ásia, o prelado indicou que o Vaticano contribuiu com a quantia de oito milhões de dólares norte-americanos para acudir às vítimas da tragédia.

2.2 Um ano decisivo para a conferência de doadores

Angolense, 15-01-2005

Depois de muito alarido feito pelos governantes angolanos, alguns sectores e determinados países vão se mostrando favoráveis a realização da conferência de doadores para Angola.

Apesar desse nítido tom positivo da comunidade internacional para Angola, a conjuntura internacional tem se mostrado menos favorável a sensibilização para a realização de tão importante encontro na óptica do Governo de Angola. Como exemplo disso, podemos apontar os casos do eclodir da guerra do Iraque, da crise do Sudão e, desde 26 de Dezembro passado, de alguns países turisticamente atraentes da Ásia menor que se viram assolados por um destruidor e mortífero maremoto.

Para estes sectores financeiros e não só da realidade internacional a conferência de doadores continua dependente de um acordo entre o nosso Governo e as instituições credoras internacionais, sobretudo o Banco Mundial e o FMI, organismos que, por sua vez, são bastante claros nas exigências que fazem ao nosso Governo. A conferência de doadores depende da afirmação de um acordo entre o FMI e Angola, o que implicará um controle sobre o nosso desempenho económico.

Se a comunidade internacional, sobretudo alguns sectores dessa realidade sócio-política, acatou já a premência deste evento, mesmo sob as condições ou exigências que todos conhecemos, a verdade é que estes sectores continuam a encarar os esforços de transparência e boa governação como sendo ténues. Eles esperam por algo mais.

Contudo, está demasiado evidente que o esforço de

reconstrução de Angola não deve depender apenas das receitas provenientes da venda do petróleo, ainda mais quando se sabe que existem pelo meio algumas situações menos transparentes na gestão das receitas provenientes da venda do ouro negro das nossas águas ultra profundas.

Todos reconhecem o potencial de Angola, contudo, poucos são os que se colocam na linha da frente apoiando o esforço de Angola em matéria de reconstrução.

Internamente, como se sabe, sente-se um esforço, mas sente-se de forma ainda muito mais notável um empecilho desconhecido que vai emperrando tudo o que se tem feito em prol da reconstrução. É urgente identificar-se e combater, sob pena de levar-nos a conhecer um nível de frustração maior ao que tivemos depois de 1992 com o eclodir da guerra.

Restaurar infra-estruturas e galvanizar o desenvolvimento é um esforço titânico que depende do engajamento de todos. Por isso, este esforço obriga a que haja a participação de todos os segmentos políticos, regime e oposição, em prol da realização da tal conferência.

Supondo que esta ocorra no segundo semestre do presente ano como tem sido veiculado por determinada imprensa, não é menos verdade que os dividendos dessa conferência apenas estarão em benefício de todos, depois das próximas eleições.

Pelo que, independentemente de quem venha a vencer as eleições, a sua idoneidade, moral e capacidade técnica em matéria governativa serão postas a prova na altura de aplicação destas verbas em prol do bem-estar geral dos angolanos.

Esta, aliás, é a palavra que vai faltando no léxico dos nossos governantes quando se dirigem ao povo. Ou seja, quer política, como económica ou socialmente, a conferência de doadores terá um papel fundamental para o nosso bem-estar, para o nosso desenvolvimento e, por fim, até mesmo para a nossa democracia.

Contudo, os desafios de 2005 não diferem muito daquilo que se pediu do executivo em anos anteriores. A questão do salário mínimo nacional compatível com os altos índices do custo de vida, tal como reclamado pelos sindicatos. Ao que dizem alguns economistas e outros especialistas na matéria, não falta capacidade ao Estado para pagar mais e melhor, diminuindo contudo as subvenções a que muitos usufruem.

Dizem os economistas que o Estado continua a gastar

mais, colocando nas regalias dos seus muitíssimos técnicos benesses como carros, casas, combustível, compras, viagens e etc.

Para além desta questão, ao demorar-se com o arranque de grandes e variadas obras públicas em todo o país, ao demorar-se com o arranque da agricultura de escala a dimensão nacional, ao demorar-se o fomento do ensino técnico-profissional, adiamos um problema que atribula as grandes economias. O desemprego.

Por enquanto, os níveis são altos, mas nada que não possa ser posto em benefício da economia, contudo, a entrada em massa de vários estrangeiros começa a tornar claro que é urgente trabalhar-se no sentido de se criarem mecanismos mais eficazes no combate ao desemprego que não apenas os esporádicos centros de desemprego.

Entre outros aspectos que merecem a atenção especial do governo, podemos também destacar a questão dos aumentos do preço de combustível, cujas consequências são por demais conhecidas em relação aos serviços de transporte e outros, o que acaba por ter repercussões muito directas no custo de vida da população. Ao invés de ajudarem a eliminar com o défice e as despesas públicas, o aumento do preço dos combustíveis, usualmente, prejudica a população porque não atinge o bolso daqueles que usufruem desta fonte de energia com cartões de subvenção.

Fazendo jus ao dado fornecido recentemente pelo ministro das finanças José Pedro de Morais, com a subvenção do combustível e do preço, o país gasta mais de 700 milhões de dólares, dinheiro que, como frisou, bem poderia ser empregue na edificação de outras públicas vantajosas para o bem-estar social dos cidadãos.

2.3 “O Governo está a agir de forma unilateral sobre a matéria eleitoral”

Kvacha, 16-01-2005

O Presidente da Bancada Parlamentar da UNITA, Dr. Jerónimo Wanga disse, ontem, em Luanda, ser urgente a eleição pela Assembleia Nacional e consequentemente, a entrada em funcionamento, do Conselho Nacional Eleitoral.

“O que se está a passar é que o governo unilateralmente criou um tal órgão formado por governadores e coordenado pelo Ministério da Administração do Território. Nós pensamos que está errado, porque devia ser um processo de consenso. É verdade que os governadores e o Ministério da administração do Território têm um papel a

desempenhar no processo eleitoral, mas não lhes cabe coordenar o processo eleitoral. Quem coordena e controla todo o processo eleitoral é, como aliás acontece em todas as democracias, o Conselho Nacional Eleitoral. É esse CNE que queremos que seja eleito o mais rapidamente possível,” afirmou.

Enquanto isso, a Assembleia Nacional da República de Angola reúne-se na próxima terça-feira, 18 de Janeiro em Luanda para a apresentação de dois projectos ligados a lei eleitoral, à lei dos partidos políticos à lei do registo eleitoral e a lei de conduta eleitoral que servirão de suporte para todo o processo eleitoral.

Os projectos em causa serão apresentados, um pelo partido que ao longo dos últimos 30 anos está no poder em Angola, o MPLA e o outro pelos partidos da oposição, segundo fez saber o Dr. Jerónimo Wanga, líder da bancada parlamentar da UNITA. O Presidente da República de Angola, J. Eduardo dos Santos, garantiu no seu discurso de fim de ano, que os angolanos realizarão as segundas eleições da sua história em 2006.

2.4 Capapinha quer órgão de consulta

Jornal de Angola, 27-01-2005

O coordenador da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, Job Castelo Capapinha, manifestou em Luanda, o interesse de constituir um órgão de consulta de antigos governadores e comissários, cujo objectivo é colher conselhos sobre os variados problemas que se debate a província.

Segundo Job Capapinha, a criação deste órgão de consulta, que poderá reunir trimestral ou semestralmente com antigos governantes, vai servir de alinhamento na resolução dos vários problemas que afectam a cidade.

O governante, que falava na cerimónia das festividades do 42º aniversário da fundação de Luanda, para a qual convidou antigos comissários; governadores e seus adjuntos, bem como anteriores directores provinciais e de serviços, disse que o momento deve ser de reflexão devido aos problemas que têm surgido nos municípios. “Os problemas são vários. Há deficiência em limpeza pública. Há problemas em drenagem dos esgotos e valas, abastecimento de energia e água potável”, realçou.

Ao fazer uso da palavra, o ex-comissário de Luanda, Mariano Garcia Puro, que dirigiu a província entre o ano de 1979 a 82, sugeriu que se deve descongestionar a parte baixa de Luanda. “Temos que pensar em estender a cidade para as áreas suburbanas, para que possamos ter uma cidade nova”, salientou.

O mesmo acrescentou, que o problema financeiro e outras circunstâncias estão na base do que se vê hoje na nossa casa comum, que é Luanda”.

É preciso que haja perseverança, porque os problemas de Luanda são antagónicos e é necessário muita planificação de programas sociais e educação da população, para o comportamento ambiental. Só assim e em conjunto é que se vai encontrar soluções para a província de Luanda”, precisou.

Para ele, uma das primeiras medidas é delinear os problemas que podem ser resolvidos de imediato e organizar um plano director da cidade de Luanda.

Recorde-se que, a capital angolana ascendeu à categoria de cidade a 25 de Janeiro de 1576, sob domínio português. A 24 de Agosto de 1641 foi tomada pela armada holandesa, mas os portugueses reconquistaram-na a 15 de Agosto de 1648.

2.5 Ministro apela: ONG's devem apoiar mais

Folha8, 29-01-2005

O ministro da Reinserção Social, João Baptista Kussumua, defendeu a necessidade das organizações não governamentais (ONG) adequarem a sua actuação no país aos esforços do governo, dando prioridade à reabilitação e ao desenvolvimento.

“As agências internacionais de desenvolvimento que actuam em Angola poderiam desempenhar um papel cada vez mais marcante na reconstrução do país, desde que inserissem as suas iniciativas dentro da estratégia de desenvolvimento do governo”, afirmou.

O ministro, que falava num encontro com representantes das agências das Nações Unidas e de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, salientou que, em função das prioridades definidas pelo governo, é “importante reajustar as estruturas e mecanismos de coordenação com as ONG neste período de pós-emergência”.

“Seria conveniente que, nesta fase em que estamos empenhados na reabilitação e desenvolvimento, as ONG's dessem a mesma prioridade, reservassem a mesma atenção e demonstrassem o mesmo empenho que caracterizou a sua acção no período de emergência”, frisou.

Nesse sentido, João Baptista Kussumua defendeu “ser necessário e urgente uma reavaliação do quadro legal e jurídico em que se subscreveram os acordos de cooperação entre o governo e as organizações não

governamentais. O contexto actual é diferente do passado de crise e de guerra em que Angola viveu. Hoje estamos perante um quadro diferente, que exige uma revisão das cláusulas dos entendimentos de cooperação firmados, para adaptá-las às condições actuais do país”, acrescentou o ministro.

João Baptista Kussumua salientou, por outro lado, a necessidade de ser cumprida a legislação angolana, no sentido das ONG's apenas contratarem pessoal estrangeiro quando não existirem quadros angolanos habilitados para as funções, frisando que o governo vai fazer um “acompanhamento mais cuidado” desta situação.

Neste encontro, a Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH) revelou que, este ano, 77 organizações não governamentais nacionais e estrangeiras vão implementar 189 projectos de natureza social, orçados em cerca de 195 milhões de dólares, abrangendo 11 sectores de actividade.

Segundo o documento divulgado, Luanda é a província angolana mais beneficiada, com 39 projectos, seguindo-se o Huambo, com 24, e a Huíla, com 13 projectos.

Na Lunda-Norte e no Cunene está previsto apenas. Por sectores, estão previstos 45 projectos na área da saúde e 34 projectos relativos à educação.

3. EDUCAÇÃO, CRIANÇA E JUVENTUDE

3.1 2,6 milhões de alunos vão à escola

Folha 8, 29-01-2005

O Ministério da Educação diz ter tudo a postos para o arranque do novo ano lectivo a 01 de Fevereiro, com cerca de 2,6 milhões de alunos inscritos, mas, ainda assim, milhares de crianças vão continuar sem estudar devido à falta de capacidade do sistema de ensino.

“O ministério da Educação está consciente que ainda existem muitas crianças fora do sistema de ensino e que há necessidade de serem construídas mais salas de aulas”, admitiu António Campos, assessor do ministro da Educação.

No próximo ano lectivo, entre 01 de Fevereiro e 22 de Dezembro de 2005, estão inscritos cerca de 2,6 milhões de alunos, dispondo o país de 65.165 professores e 32.562 salas de aula.

Nas contas do Ministério da Educação, faltam 725 salas de aula e cerca de 21 mil professores no actual sistema de ensino, o que faz com que um grande número de crianças em idade escolar não frequente a escola.

O fim do conflito militar, em Abril de 2002, teve como

consequência um aumento do número de crianças abrangidas pelo sistema de ensino, mas ainda há muitos milhares que continuam sem poder estudar por falta de capacidade das estruturas de educação.

O mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) refere que Angola tem uma taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior de apenas 30 por cento.

Este valor está muito abaixo da média mundial, que é de 64 por cento, sendo também inferior à média dos países da África Sub-sariana, que é de 44 por cento.

Angola, com uma população total estimada em cerca de 13 milhões de pessoas, das quais 47 por cento com menos de 15 anos, tem uma despesa pública de educação de 2,8 por cento do produto Interno Bruto (PIB).

Para este ano, o programa de governo aprovado pelo parlamento prevê a construção e a reabilitação de centenas de edifícios escolares em todo o território nacional, destacando-se a província do Huambo, uma das mais afectadas pela guerra, onde vão ser construídas 74 escolas e reabilitadas outras 31, das quais 19 primárias e 12 secundárias.

O novo ano lectivo será assinalado por um alargamento da fase experimental da reforma educativa aprovada pelo governo em Dezembro de 2001, que abrange, nesta fase, o primeiro, o sétimo e o décimo anos de escolaridade.

Em 2004, a reforma educativa envolveu 41.433 alunos e 2.202 professores, prevendo-se que atinja 56.330 alunos e 8.590 professores no ano lectivo que começa a 01 de Fevereiro.

“Queremos melhorar a qualidade do ensino através de uma estrutura educativa forte e de um novo projecto, baseado em instrumentos curriculares recentes”, afirmou António Campos.

A reforma educativa, que apenas deverá estar concluída em 2011, altura em que abrangerá todo o sistema de ensino, permitirá substituir os actuais métodos de ensino e de avaliação e os materiais pedagógicos e curriculares, que datam da era pós-independência, em 1975.

Esta reforma inclui novas divisões dos níveis de ensino, alterações no sistema de avaliação dos alunos, criação de novas cadeiras e reformulação dos conteúdos curriculares.

O alargamento em dois anos do ensino primário de mono-docência, que passa a abranger do 1º ao 6º ano de escolaridade, dispondo cada turma de apenas um professor para todas as disciplinas, é uma das principais novidades. Por outro lado, é criado um complemento do ensino básico, entre o 7º e o 9º ano de escolaridade, acabando a denominação de ensino médio, que abrange actualmente os níveis de ensino entre o 9º e o 12º anos

de escolaridade.

Com esta reforma, o ensino secundário é dividido em dois ciclos, sendo o primeiro entre o 7º e o 9º ano e o segundo entre o 10º e o 12º ano de escolaridade.

3.2 Cada vez mais sofredor ISCED em Luanda

Folha8, 22-01-2005

A falta de infra-estruturas capazes de suportar o número de candidatos ao ensino superior, o estado degradante do Instituto e a falta de vontade política para a resolução das reivindicações contidas no processo negocial que opõe o SINPES e o Governo angolano, levou os sindicalistas do ensino superior a apelarem mais uma vez à entidade patronal no sentido de recuperar as infra-estruturas do actual ISCED e a construção definitiva das instalações da Faculdade de Letras e Ciências sob pena de o ISCED não receber nenhum candidato para o próximo ano lectivo.

O Governo criou um ambiente de promessas em alta escala e tudo isto tem contribuído de forma evidente para a quebra total do sistema de ensino, sobretudo o caso da Universidade Agostinho Neto que, até então, não conheceu o plano de ampliação nas suas infra-estruturas.

Importa referenciar que, enquanto a gestão da coisa pública for marcada por sentimentos pessoais e assumida na defesa de interesses particulares, não teremos nunca o melhoramento do sector e Burity da Silva, que encabeça a lista de gestores de um sector polémico, com desempenho confrangedor, não consegue imprimir protagonismo suficiente para intervir junto do Governo, projectando uma política concreta em relação ao ensino superior.

O quadro das reclamações dura uma eternidade, o regime continua indiferente, comparativamente à melhoria da qualidade do ensino superior, ou melhor, faz vista grossa a uma situação triste, que os docentes e discentes vivem.

A propósito das reivindicações, o SINPES, decidiu no passado dia 10 de Janeiro, lembrar ao Estado a situação degradante do ISCED, pelo facto de até então não ter havido intervenção de reabilitação e ampliação das infra-estruturas que permitam admitir novos alunos naquela Instituição de ensino superior.

O SINPES defendeu, na nota de imprensa a que Folha 8 teve acesso, que a guerra das reivindicações da classe docente, não cessará enquanto não forem satisfeitas as necessidades vitais daquele órgão, e usará todos os meios e mecanismos necessários até que o País

reconheça o sacrifício feito pelos professores que em condições difíceis não abandonaram a única Universidade pública em Angola. O colégio de Carlinho Zassala reiterou as posições tomadas na Conferência Nacional com a sociedade civil e alerta para a ineficácia de funcionabilidade da Universidade Agostinho Neto, por não ter planificado para 2005 condições necessárias para admissão de mais estudantes, o que poderá contribuir para a frustração das expectativas de uma vaga enorme de jovens no ano académico que se avizinha.

O maior desfalque em termos de infra-estruturas tem lugar, visivelmente, nas Faculdades de Letras e Ciências Sociais em Luanda, pois funcionam em edifícios provisórios e na constatação deste quadro negro, os estudantes desta unidade orgânica juntaram-se de forma decisiva e clarividente aos docentes em gesto de solidariedade para com os mestres do quadro e advogam a mesma causa em conexão com os “profes.” a não admissão de novos candidatos até que a insensibilidade do Estado quanto às exigências dos docentes se transforme em actos e deixe de ser promessa. Entretanto, a novela de indignações ficou reforçada pelo facto de Burity da Silva, ministro da Educação, ter mostrado mais uma vez a sua fraqueza em termos de gestão do pessoal e de infra-estruturas sob o seu domínio.

No balanço de fim de ano, o responsável da pasta de Educação não fez qualquer referência quanto ao aumento da capacidade de infra-estruturas na única Universidade Pública, embora tenha garantido para este ano o aumento da rede escolar, sobretudo do ensino primário e secundário.

O país desde a proclamação da independência nacional não conheceu um único programa de ensino abrangente e de perspectiva futurista, porque os problemas que o ensino enferma hoje remontam à “idade média” da República Popular de Angola, em que uma minoria elitista tinha acesso ao ensino superior.

“Não sabemos se o ministro Burity da Silva tem levado as preocupações dos docentes e as condições miseráveis que se vivem em muitas instituições de ensino ao Conselho de Ministros. Poucas são as infra-estruturas que foram reabilitadas e ampliadas”, disse Fernando Ambrósio, tendo admitido, por outro lado, que o mutismo que se observa quanto ao projecto de modernização do sector. Por outro lado, não basta absorver mais estudantes em qualquer escola, enquanto não houver o interesse em promover a política concreta para melhor clarificar ou defender a pressão de abrangência, evitando desde já, as cores partidárias para ingressar num Instituto, visto que o apoio financeiro

continua a ser um sonho e o calcanhar de Aquiles, mas este não pode continuar a ser o discurso difuso para penalizar os que ainda desejam avançar nos estudos.

3.3 Dor de cabeça para se entrar no «médio»

Semanário Angolense, 22-01-2005

A abertura oficial do ano lectivo 2005 está marcada para o primeiro dia de Fevereiro. Depois das inscrições, cujos prazos tiveram de ser alargados, por esta altura decorre o processo de selecção de novos candidatos para a 9ª classe. Os institutos médios estão longe de satisfazer a demanda, porque a procura é cada vez maior. As vagas são limitadíssimas. Por isso, muitos recorrem a esquemas. Um dos principais é alimentado pelo próprio sistema, que reserva lugares para cada professor, numa espécie de «auto-consumo». E estes, os professores, em regra, vendem-nos, a preços que variam dos trezentos aos quinhentos dólares americanos. Há quem teve de «largar» a doer por um lugar desses. O pessoal encarregue da selecção também sabe como «mamar» algum. E assim vai a nossa educação e ensino em tempo de reforma.

O *Semanário Angolense* esteve em vários institutos médios, para tentar radiografar o processo de inscrição e selecção, tendo antes passado pela escola «Ngola Kiluange», um gigante que anualmente põe à «disposição» do sistema perto de 3000 estudantes com a oitava classe concluída. Só que, segundo o próprio director provincial de Educação de Luanda, André Soma, apenas no ensino médio são mais “de 40 mil os alunos que ficarão de fora do sistema, por falta de vagas. É grave. É doloroso.

Ainda assim, o ministro da Educação, Burity da Silva, não se coíbe de ufanizar o seu desempenho.

O adolescente Miguel Domingos, 17 anos é um dos muitos candidatos que pela primeira vez tentam ingressar no ensino médio. O seu grande desejo é formar-se em construção civil. Porém, a falta de poder de escolha fez com que se inscrevesse em sete institutos médios para ver o seu problema resolvido. Mas, ainda assim, mostra-se preocupado pelo facto de em todos existirem vagas reduzidas para a admissão de novos alunos na 9ª classe.

A confirmar a preocupação de Miguel Domingos esteve o director administrativo do Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiáxi, Domingos Sebastião Álvaro, que revelou que no caso da sua instituição concorreu para isso a redução de seis salas de aulas das que beneficiava nos anos anteriores.

Questionado sobre o número de vagas disponíveis para a nona classe, Domingos Sebastião Álvaro disse ser bastante prematuro avançar dados, mas aventou que não há muitas possibilidades, porque os lugares são efectivamente reduzidos. «É melindroso avançar já dados para não decepcionar os candidatos. Não posso dizer que não teremos novas admissões, mas reconheço que as vagas são bastante limitadas», confessou.

A crescer a isto, haverá um aumento dos alunos efectivos, porque há cadeiras então pendentes que deixarão de fazer parte do currículo em face da reforma educativa. Sendo assim, muitos dos alunos que tinham a sua situação condicionada por cadeiras em atraso serão reenquadados, o que resultará em menos lugares para os novos.

Se por um lado a reforma educativa no sistema de ensino em Angola tem muitas vantagens, por outro trará como grande desvantagem a redução de salas de aulas. «Isso é mais um entrave que dificulta a entrada de novos alunos», lamentou.

Reiterou que a selecção de novos alunos no Instituto Médio de Economia do Kilamba Kiaxi será feita de acordo com a idade e com a média de valores conseguida no terceiro nível do ensino de base. Têm maior probabilidade de ingressar neste instituto os alunos de idade igualou abaixo dos 14 anos, com uma média igualou acima dos 13 valores.

No centro Pré-Universitário da Ingombota o repórter deste Semanário foi confrontado com uma multidão organizada em longas filas para a inscrição. As probabilidades para ingressar nesta instituição são maiores se comparadas com o número de vagas existentes nas outras instituições do ensino médio por onde passamos.

Segundo dados avançados por Elsa Coelho, subdirectora pedagógica do PUNIV Ingombota, para o presente ano lectivo a escola prevê admitir 809 novos alunos, nos cursos de ciências exactas e sociais, contra os 2268 inscritos até sexta-feira da semana passada. Para o período normal, está prevista a constituição de seis turmas de ciências sociais e cinco de ciências exactas, ao passo que para o período nocturno serão constituídas sete turmas dos dois cursos. Cada turma terá um máximo de 45 alunos.

Mas este número de alunos é tido como fictício, tendo em conta as constantes alterações que se vinha verificando ao longo dos anos anteriores. «Nós dependemos de orientações superiores e vamos subir o número consoante as orientações, até porque, no caso do período nocturno, para além da fuga de professores,

tem-se registado também a deserção de muitos alunos, que confirmam as matrículas mas acabam por não frequentar as aulas», revelou.

Com a prorrogação do prazo das inscrições estabelecido pela direcção provincial de Luanda da Educação, o Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL) acabou por inscrever para o ano lectivo 2005 perto de 15 mil novos alunos que concorrem para 630 vagas na nona classe, conforme apurou o Semanário Angolense.

Os critérios de avaliação não diferem muito das outras instituições, ao dar prioridade a alunos com idades compreendidas entre os 13 e 16 anos, com uma média de 14 valores.

O Semanário Angolense esteve ainda em outros institutos médios, como o IMEL, «Pascoal Luvualo», «Alda Lara», «António Jacinto» e IMEKK de Cacucaco, mas não pôde trazer pormenores do processo de admissão de novos alunos, por falta de interlocutores. Quando por lá passamos, não havia director-geral ou algum adjunto com competência para falar.

3.4 Revitalização dos núcleos universitários no Huambo

Rádio Nacional de Angola, 26-01-2005

A agenda de trabalhos da visita, do Reitor da Universidade Agostinho Neto, João Sebastião Teta, com duração de dois dias, inscreve uma audiência com o governador provincial, António Paulo Kassoma, encontros com estudantes do centro universitário local e deslocações aos núcleos das faculdades de Economia, Direito, Instituto Superior de Ciências de Educação e de Ciências Agrárias.

Sebastião Teta vai manter igualmente encontros com trabalhadores docentes e não docentes do centro universitário e presidirá à cerimónia de tomada de posse dos órgãos de gestão da Faculdade de Ciências Agrárias.

No âmbito da sua deslocação à província do Huambo serão ainda realizadas palestras sobre o funcionamento do conselho pedagógico e o papel da assembleia na gestão das unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto, a serem orientadas pelos professores Suzanete Costa e Mário Fresta.

O Centro Universitário do Huambo, que abrange a vizinha província do Bié, controla actualmente três mil e 686 estudantes, distribuídos pelos núcleos de Economia, Direito, Instituto Superior de Ciências de

4. SERVIÇOS BÁSICOS

4.1 Cisternas abastecem água a zona baixa da cidade

Jornal de Angola, 12-12-2004

A parte da cidade de Luanda privada de água desde a semana passada, devido à uma ruptura na conduta de 800 milímetros nas imediações do mercado do Kinaxixi, no município da Ingombota, será abastecida de água por cisterna. Esta solução foi encontrada pela Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) em parceria com a Elisal e prevê o abastecimento duas vezes ao dia, gratuitamente, nas Zonas do Kinaxixi, Chicala, largos do Ambiente, dos Trapalhões.

As equipas técnicas da EPAL continuam a trabalhar no sentido de se reparar a conduta, mas se desconhece quanto tempo levará.

A ruptura da conduta ocorreu na semana passada nas proximidades do mercado do Kinaxixi, privando parte considerável do município da Ingombota.

4.2 Moradores do Catambor contestam EPAL

Jornal de Angola, 18-01-2005

A direcção da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) afirma que o bairro Catambor não tem água canalizada devido à inexistência de uma rede técnica na zona, desde que foi erguido. O fornecimento era feito a partir de “ligações clandestinas”, segundo uma nota da Epal, publicada sábado no Jornal de Angola e assinada pelo seu Presidente e Director Geral, Lucrécio da Costa.

Esta informação é desmentida pelo soba do bairro, Manuel Quiuma, 65 anos, residente no Catambor há 46 anos. Integrante do movimento clandestino anti-colonial pelo MPLA, garante que sempre teve água canalizada e que nunca recorreu a ligações clandestinas.

Trata-se de uma posição confirmada por Adalgisa Quiuma, 25 anos, uma das filhas do soba do Catambor. Nascida no bairro, mostra-se chocada com o desconhecimento revelado pela direcção da Epal. “Já bebi muita água desta torneira”, disse-nos apontando para uma torneira.

Manuel Quiuma garante que deixou de ter água canalizada apenas há dois anos, ou seja, depois do início das obras da passagem inferior da Avenida Revolução

de Outubro, conhecida como Ponte do Prenda.

Por isso, compra diariamente 150 litros de água a camiões cisternas. Tal estrangula o orçamento da família, composta por mais de dez pessoas, entre filhos, netos e genros.

Residente no Catambor há 47 anos, dona Florinda dos Santos esperava que o fim das obras da passagem inferior marcasse o retorno da água ao bairro. “Infelizmente, tal não aconteceu”, lamenta a senhora.

Já o mais velho Ângelo Nunes, 70 anos, diz não entender o teor do comunicado da Epal. Mostra, por isso, o contrato número 216 que tem com a empresa há seis anos. Tal prova, segundo Nunes, que o Catambor não é constituído “apenas por consumidores clandestinos”, como divulgou a distribuidora de água.

4.3 Verbas travam obras do sistema de água na Kissama

Jornal de Angola, 19-01-2005

A falta de verbas suficientes para a conclusão das obras de construção e reabilitação do sistema de captação e tratamento de água no município da Kissama província do Bengo, constitui a principal dificuldade, soube o Jornal de Angola.

De acordo com o empreiteiro da obra, Álvaro Sousa Figueiredo que falava à imprensa no termo de uma visita efectuada pelo governador provincial, Jorge Inocêncio Dombolo, aquele empreendimento, já foram pagos fase adiantadamente cerca de oitenta por cento do custo total, o que por si só é insuficiente para dar conclusão às obras.

Entretanto, o empreiteiro salientou, na ocasião, que o montante ora disponibilizado e de forma bastante limitada, está a dificultar a programação do fim das obras nos prazos devidamente acordados.

As obras de construção e reabilitação do centro de captação de água da Kissama, estão orçadas em 162 mil dólares e terão uma capacidade de bombear cerca de cinco mil litros cúbicos por hora.

O projecto com prazo de conclusão previsto para sete meses, já vai a caminho de 13 meses, sem no entanto ter uma definição para o seu termo.

Refere-se que enquanto isso, as populações do município vão continuar a consumir água bruta das margens do rio Kwanza, correndo sérios riscos de contracção de doenças respiratórias agudas, da pele e

de infecções urinárias.

Esta visita do governador provincial, a Kissama se enquadra no seu programa de constatação das dificuldades nos municípios que compõem a província do Bengo. Recorde-se que Jorge Dombolo já visitou os municípios do Dande, Ambriz, Icolo e Bengo e Kissama respectivamente.

4.4 Luandenses na luta diária com o sistema de transporte

Folha 8, 29-01-2005

O sistema de transportes na capital é comandado pelos taxis, vulgo candongueiros. Estão em maior quantidade, sendo por isso o recurso de grande parte das pessoas que não têm transporte pessoal, obrigados a pagar cinquenta kwanzas por viagem.

Os utilizadores dos azuis e brancos continuam a enfrentar os mesmos problemas de sempre: falta de respeito por parte dos cobradores e motoristas que insistem na utilização de músicas com letras obscenas e som bastante alto.

Actualmente circulam na capital cerca de nove mil (9.000) táxis, dos quais apenas seis mil e duzentos (6200) encontram-se legalizados, ou seja, encontram-se licenciados pela Direcção Provincial dos Transportes para fazer o serviço de táxi. Tal registo é referente ao ano de 2004, dentro de dois meses a direcção provincial poderá iniciar o registo do ano em curso.

O Toyota Hiace modelo 2000 é o que mais circula no serviço de táxi, seguindo-se o modelo Commuter, viaturas muitas vezes conduzidas por pessoas não habilitadas, ou seja sem cartas. O encurtamento das vias, que muitas vezes provoca enchentes nas paragens, também faz parte do curriculum maléfico dos taxistas.

Além dos candongueiros os cidadãos podem ainda contar com o Macon-Táxi a quem devem pagar o equivalente a usd 4 no início da corrida e o resto em função da distância. Tal realidade está longe das condições sociais da população de Luanda, estimada em cerca de quatro milhões, daí serem poucas as pessoas a optar pelos chevrolates de ar-condicionados.

Outra opção dos cidadãos são os autocarros públicos. Três empresas concorrem nesse negócio, nomeadamente a TCUL, a TURA e a MACON. A viagem nestes meios custa 25 kwanzas, estando supostamente mais próximo da condição social da população. No entanto, o serviço prestado por elas, segundo alguns utilizadores, ainda está longe do esperado “por isso muita gente prefere ir de

candongueiro”, argumenta-se.

A pouca capacidade de resposta das empresas em termos de números de viaturas, deixando os clientes muito tempo à espera, bem como a superlotação são alguns factores que desanimam os passageiros.

*título diferente do texto original, porque não correspondia ao texto - «O lixo continua amontuado»

4.5 Buracos não perdem espaço

Folha 8, 18-01-2005

Os taxistas, quando interrogados sobre as razões do encurtamento das vias, apontam como umas das razões o excesso de buracos espalhados pela capital que ajuda para a destruição prematura de alguns materiais das viaturas. Os buracos também contribuem imenso para os engarrafamentos da capital.

Com as vias recentemente inauguradas não há em Luanda uma única estrada sem buracos, tornaram-se em verdadeiros símbolos da capital do País, provocando imensos transtornos aos automobilistas, “não há dúvida, estes buracos tornam cada vez mais difícil a condução em Luanda”, argumento Manuel Correia.

Para ele a situação é mais complicada porque “os buracos aparecerem da noite por dias. E só deixares de passar numa determinada rua um dia para depois seres surpreendido com um grande buraco”, disse para depois considerar “formidável” quem pela primeira vez conduz em Luanda sem causar danos na viatura por causa dos buracos.

Nem mesmo o programa “tapa buracos” levado a cabo pelo Governo durante o ano passado ajudou a diminuir os buracos na cidade e tudo porque tem faltado seriedade na execução das obras no entender do arquitecto António Gameira que defende a necessidade realizarem-se obras perspectivando o futuro.

Aquele técnico, que é também o secretário da Associação Angolana dos Arquitectos é de opinião que é necessário terminar com os gastos que não resultam em nada “E preciso termos conhecimento de que quando gastamos um dólar é para resolver um determinado problema”.

Por outro lado o arquitecto falou da necessidade de se descentralizar os serviços públicos na capital. Segundo ele tal falha toma compreensível a atitude dos antigos moradores da Boavista, que venderam as casas dos Zango para voltarem à Boavista e ficarem próximo do Roque Santeiro. “Não basta reconstruir casas em

preciso contemplar estas zonas com outros serviços.

A centralização dessas infraestruturas no centro da cidade, há muito tempo que causam transtornos aos luandeses, porquanto moradores de bairros como Terra-Nova, Cazenga e outros da periferia, são obrigados a deslocar-se para a cidade sempre que necessitam de resolver assuntos pessoais, como tratar um bilhete de identidade, autenticar um documento ou ainda realizar um casamento.

4.6 EDEL promete melhorias

A Capital, 15-01-2005

Apesar dos vários problemas enfrentados, do lado da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), na opinião do responsável pela comunicação e imagem, Mário Maventa, há a garantia de algumas intervenções pontuais. «São trabalhos consubstanciados na manutenção e substituição de cabos, extensão da rede e o aumento da potência eléctrica», visando colmatar o aumento do consumo.

Para tanto, conta-se com o «Projecto Chiang», um investimento do governo chinês, avaliado em 15 milhões de dólares, cuja implementação decorre na zona do Golfe 11, com o prazo de conclusão previsto para um ano.

O projecto contempla ainda a construção de duas subestações com 60.15 kilowatts na zona do Ngola Kiluanje e dos Congolezes. A segunda fase desta iniciativa, acrescenta Maventa, prevê a implantação, também neste ano, de cerca de 60 PTs destinados às áreas peri-urbanas, como a Vila da Mata, Tala-Hady, São Pedro da Barra, Petrangol, Tunga-ngó, Mabor, bairro Huambo- (Morro da Luz) e a zona de Marcelo Caetano.

E mais: a terceira fase, que contemplará zonas como o Sambizanga, Cacucaco, Samba e Prenda, contam-se instalar cerca de 100 PTs. Para as zonas cuja energia não se faz sentir, Mário Maventa justificou-se com a seguinte asserção: «tratam-se de áreas não razoavelmente urbanizadas, por terem sido construídas sem a oficialização do GPL».

4.7 A vida ao lusco-fusco

A Capital, 15-01-2005

Moradores de diferentes bairros de Luanda continuam a manter uma completa intimidade com a escuridão, em face da falta de fornecimento por parte das empresas encarregues pela produção e abastecimento. Ou seja, bairros há em plena capital do país que nunca conheceram o verdadeiro significado de uma lâmpada

acesa, tendo como fonte de iluminação candeeiros à base de petróleo.

É que, segundo os populares, a continuidade deste tipo de situações pressupõe, automaticamente, a perpetuação do sofrimento desses populares. «Estamos a sofrer bastante, porque passamos muito tempo sem luz», lamenta Castro Muturi, morador há já largo tempo no Cazenga, ao mesmo tempo em que apontava para os três candeeiros que garantem uma iluminação ao lusco-fusco.

Mas Castro é apenas um, num universo de vários populares que experimentam esta dura travessia no deserto, que não é mais do que andar às cegas mal o sol deixa de dar o ar da sua graça. Moradores de bairros como Vila da Mata, Sonefe e Angola e Cuba, ao município do Cazenga, manifestam-se, amiúde, agastados com a situação.

Ao que disseram, estão, terminantemente, proibidos de adquirir produtos perecíveis, sob pena de os mesmos deterioram-se, passado pouco tempo, dada a ausência de energia. Lamentando-se da condição por que passam, Almeida de Sousa, um morador da Vila da Mata, revelou que as coisas “nem sempre foram assim”. O verdadeiro calvário para aqueles populares, acrescentou, “começou depois da EDEL ter fracassado com o projecto de instalação de um posto de transformação, facto que resultou no roubo dos cabos de electrificação. Consequência: apenas restaram os postes para contarem histórias.

Já no bairro São Pedra da Barra, à Petrangol, estão longe de constituírem preocupação as já conhecidas casas erguidas de forma aleatória e as inúmeras poças de águas. Os moradores da zona já perderam a conta do tempo em que se vêem a braços com a falta de uma rede de distribuição eléctrica. Os populares, esses, reclamam por intervenções urgentes, tendentes a solucionar o problema. Como alternativa, indivíduos com algum poder aquisitivo têm optado por geradores que, não raras vezes, trazem outros problemas graves, como são as maleitas de foro respiratório e queimaduras.

5. TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

5.1 General anónimo desgraça a vida de família humilde em Cabo Lombe

Semário Angolense, 22-01-2005

Um suposto general das Forças Armadas Angolanas

está a infernizar a vida de uma pacata e humilde família moradora do bairro Cabo Lombo, ao Benfica, sul de Luanda, a quem desalojou violenta e cruelmente no passado dia 07 deste mês, com a alegada cumplicidade de funcionários da administração municipal da Samba.

A família, de seis membros, é chefiada por Beatriz dos Santos, uma humilde senhora de 55 anos, de origem camponesa, que vive com dois dos seus filhos, a nora e dois netos. Ela erguera a sua residência (precária ainda) num pequeno terreno (40 por 50 metros) que detém desde 1979, onde antes se dedicava à agricultura de subsistência.

Com imensas dificuldades para continuar a pagar as rendas da casa que alugara no Cazenga, há muitos anos resolveu mudar-se para o Benfica, construindo uma pequena residência para si e os seus descendentes. Entretanto, a zona que antes era constituída apenas por lavras é hoje um bairro que adoptou o nome de Cabo Lombo, comuna do Benfica, município da Samba, no qual vivem gentes de estratos sociais diversificados.

Por isso, ao lado de uma mansão de ricos, pode-se encontrar ainda verdadeiras cubatas de pessoal humilde. E, se calhar, é a partir daqui que começam os conflitos pela posse dos terrenos, com a corda a rebenatar pelo lado mais fraco, quando a cobiça dos fortes é demais.

Negociantes, negociantes...

As «makas» com as terras de Beatriz dos Santos começaram em meados do ano passado, após não ter conseguido concluir já o processo de legalização ao mesmo tempo que os seus vizinhos, por falta de dinheiro na altura em que se fez a recolha.

E esta terá sido a brecha encontrada pelos «negociantes» de terrenos da administração municipal da Samba para tentarem apossar-se das terras da pobre senhora que, entretanto, estava erguendo uma casa de construção definitiva para residir mais condignamente com a família e, em associação com um outro cidadão, um colégio de oito salas.

Instruído certamente por esses «negociantes» da Samba, o suposto general das FAA «meteu o olho» no terreno da senhora e tudo está a fazer para desalojá-la, aliás, já a desalojou, sob o pretexto de que o espaço é seu. Desde quando?, é a interrogação que se coloca de imediato.

Certo mesmo é que o suposto oficial general apareceu a 23 de Dezembro último (fazia-se transportar num Hyundai Elantra, com a matrícula FAA-83-33) e «pediu» à senhora para que se retirasse do local, alegando que o espaço era seu. Acto contínuo, lá

colocou um contentor e 12 metros cúbicos de burgau para iniciar a construção não se sabe já de quê.

A 6 de Janeiro, vários meses depois de uma primeira tentativa, 5 agentes dos serviços de fiscalização, chefiados por um tal de Vasco “decretaram” o embargo da obra de Beatriz dos Santos, deixando uma notificação para que ela se apresentasse no dia seguinte na administração municipal para tratar do assunto.

Para espanto seu, quando para lá se deslocou, para responder à notificação, já o chefe dos serviços de fiscalização havia dado ordens aos seus agentes para demolirem a residência da senhora. Para a acção, os agentes alugaram, por cem dólares, um «camartelo» de uma empresa privada que se dedica à venda de automóveis.

o «chefe» Emanuel

Os «demolidores», chefiados por um tal de Emanuel, começaram a partir a casa da senhora quando eram 10 e 30 minutos desse dia, com todos os haveres da pobre família lá dentro. Revoltado, um dos filhos da senhora ainda reagiu, envolvendo-se numa briga com o chefe dos agentes destacados, mas foi neutralizado por uma patrulha policial e levado para a esquadra do Benfica, onde ficou detido durante três dias, só saindo depois de negociações com o «chefe» Emanuel e a formalização do seguinte contrato: pagamento de uma camisa nova e a reparação de um fio de ouro do fiscal, que se quebrou durante a briga. Nesse mesmo dia, o suposto oficial superior das FAA enviou um homem seu para «avisar» a senhora e à sua família para retirarem tudo o que lhes pertencia dos escombros, porque «o senhor general não se responsabilizaria pelos... estragos».

Desde então, a família desalojada tem estado a viver em condições muito precárias no terreno vizinho ao seu, onde montou uma improvisada «tenda» de chapas e luandos. Em consequência dessa precariedade, três membros da família (a nora de Beatriz dos Santos e seus dois netos - um de 4 anos e outro de 7 meses) adoeceram e encontram-se hospitalizados.

A SOS Habitat, organização não-governamental que se dedica à advocacia no domínio habitacional, já se pôs em campo para junto das autoridades tentar a reparação dos graves prejuízos resultantes de mais este caso de grosseira violação dos direitos humanos elementares dos cidadãos desfavorecidos.

5.2 Cidadãos exigem o fim das demolições

Jornal de Angola, 13-01-2005

Mais de setenta cidadãos, moradores, sobretudo, nos

municípios do Kilamba Kiaxi, Samba e Viana deslocaram-se, segunda-feira última, ao Governo da Província de Luanda (GPL) para solicitarem o fim das demolições de residências, algo que eles qualificam como violação dos direitos humanos.

A presença em massa de mais de 700 pessoas defronte às instalações do GPL deveu-se à falta de resposta por parte da Comissão de Gestão da província de Luanda a um pedido de audiência feito, há mais de três semanas, pelas comissões de moradores, associação de camponeses e a SOS Habitat, uma organização vocacionada para a defesa dos direitos humanos e da cidadania.

Em relação, ao GPL solicitou um dispositivo da Polícia de Intervenção Rápida para local.

Já depois do pedido de audiência refere a SOS Habitat, cinco membros da comissão de moradores da comunidade do Km 25, no município de Viana, vítimas de demolições irregulares, foram ilegalmente detidos por ordem do administrador municipal Júlio de Carvalho. Foram libertados depois da intervenção da SOS Habitat, por via do advogado Luís do Nascimento.

Igual destino teve a comunidade do Banga Ué, M'bonde Chapéu, Bitá e Cambamba I, que, depois de demolidas as suas residências, vivem ao relento, à semelhança dos camponeses do Wenji Maka, na comuna do Camama II, onde um terreno se encontra em litígio, opondo a Igreja Católica aos camponeses.

No terreno cerca de 227 hectares será construído um santuário nacional da igreja Católica.

O litígio já provocou derramamento de sangue. As vítimas foram três camponeses, um dos quais alvejado com um tiro na cabeça, disparado por um dos agentes que guarnecem a área.

Para além disso, foram presos alguns cidadãos, entre os quais uma senhora detida com quatro filhos, um deles de nove meses.

A sorte foi também madrasta para os habitantes de Talatona, Gaiolas, na Samba, Maria Eugénia Neto, no Golfe II, esta última visitada pelo secretário provincial do MPLA, que chegou a prometer o fim das demolições das casas naquela zona.

De acordo com a referida organização, ultimamente está a registar-se cada vez mais a partidarização das comunidades.

5.3 Projecto “Ondjwo Yetu” já tem inscritos mil e 400 sócios

Jornal de Angola, 24-01-2005

Mil e quatrocentos é o número de sócios inscritos até a presente data pela Associação de Benefícios e Previdência de Angola-Uniprev, no âmbito do projecto habitacional “Ondjwo Yetu”, cujas obras terão arranque no primeiro trimestre deste ano.

O presidente executivo da Uniprev, Eng.º José Arsénio Manuel, que revelou este facto a este jornal, disse ainda que deste número 85 por cento dos sócios estão confinados em Luanda e apenas 15 por cento terão direito a construção da sua habitação.

“Estamos no bom caminho, temos praticamente as questões dos títulos resolvidos e então daremos o pontapé de saída ainda neste primeiro trimestre, do ano”, disse.

José Manuel Arsénio afirmou também que a meta da associação que dirige continua a ser a mesma que é de erguer mais de 32 mil casas nas 18 províncias

Ele disse que esta meta está perfeitamente ao alcance da associação e pensa terminá-las num período máximo de 7 anos.

Anunciou igualmente que a procura de casas é enorme e, muito embora o número de associados que efectuaram o pagamento de 20 por cento e que lhes confere o direito à construção ainda não ser elevado.

“Pensamos nós que esta fraca aderência por enquanto é por causa do grande cepticismo existente em relação aos projectos desta natureza e também por não termos dado início ao processo das construções”, disse.

O presidente executivo da Uniprev afirmou por outro lado, que a associação vai introduzir, como novidade no projecto habitacional, a aceitação de construir: nas suas urbanizações outros tipos e modelos de casas, quer seja de carácter individual como colectivo concebidos pelos próprios associados.

No que concerne aos financiamentos, de acordo ainda com José Manuel Arsénio, o associado só terá direito a construção de casas quando completar os 20 por cento do valor da casa pretendida, sendo os restantes 80 por cento financiados pelo banco com uma taxa de juro bonificada.

5.4 Crescimento de Luanda estimado em dez quilómetros quadrados por ano

Angonotícias, 31-01-2005

O crescimento dos espaços ocupados com a construção de novas casas em algumas zonas de Luanda está estimado à volta de dez quilómetros quadrados por ano, um número bastante elevado tendo em conta as condições de habitabilidade da cidade capital de Angola, considerou o consultor português de engenharia civil, Paulino Pereira.

Paulino Pereira teceu há dias essas considerações à Angop, em Luanda, à margem de uma palestra sobre a “Importância dos Transportes Ferroviários”.

O especialista disse que este crescimento tem o seu lado negativo, porque se realiza, na sua maioria, de modo desordenado, pois a cidade de Luanda foi projectada para 600 mil habitantes, mas agora conta com uma população estimada em cinco milhões.

Segundo observou, os bairros (musseques) que cresceram à volta da cidade baixa surgiram sem infra-estruturas adequadas, designadamente arruamentos, redes de esgotos, de água e energia eléctrica.

A inexistência de arruamentos, salientou, tem dificultado a execução de serviços úteis a cidade, designadamente a recolha de lixo, o trabalho dos bombeiros e serviços de ambulância.

De acordo Paulino Pereira, docente do curso de engenharia civil da Universidade de Lisboa, este incremento verificado mais na sua faixa exterior, sem planos directores, faz com que a cidade apresente problemas no tráfego automóvel, fornecimento de água e electricidade, bem como no saneamento básico.

Mesmo nas novas zonas urbanas (Luanda Sul, Benfica e outros aglomerados), referiu, há inúmeras dificuldades para se chegar ao centro da cidade, por existirem poucas infra-estruturas rodoviárias preparadas para o efeito.

Segundo Paulino Pereira, que tem realizado estudos sobre o crescimento de Luanda, há necessidade de se reestruturar a cidade, mas tendo sempre em conta a construção de vias estruturantes (circulares e radiais), visto que grande parte dos espaços se encontra já ocupada com grandes edificações.

Na sua óptica, a construção de circulares e radiais permitirá aos usuários das vias saírem do Benfica a Cacucaco sem que passem forçosamente pelo centro da

cidade. Acrescentou que a solução para este problema seria a construção de circulares externas que permitiriam chegar a parte Norte de Luanda.

Uma das formas de se estruturar a cidade para os desafios do futuro, notou, seria a elaboração de um plano que pudesse prever o seu crescimento nos próximos 30 anos, para que a posterior não houvesse problemas com os sistemas de drenagem, fornecimento de água e electricidade.

Quanto a vertente dos transportes, Paulino Pereira disse que para se diminuir o problema de congestionamento do tráfego na cidade deve-se apostar na reestruturação dos transportes ferroviários urbanos, pois a capacidade de transportação do comboio pode assegurar a deslocação das pessoas de um ponto da cidade para outro, sem dificuldades.

Referiu que se deve criar novos corredores ferroviários e rodoviários no centro da cidade, como por exemplo do Porto à Ilha de Luanda, permitindo assim descongestionar o tráfego no traçado da Marginal.

Paulino Pereira, licenciado em engenharia civil pela Universidade de Lisboa, tem acompanhado o crescimento da cidade de Luanda desde 1980.

5.5 Antigos moradores da Boavista vendem casas no Zango

Jornal de Angola, 27-01-2005

Job Capapinha, coordenador da Comissão de Gestão administrativa de Luanda, denunciou, a venda de casas no bairro Zango (Viana) por populares realojados que antes viviam nas barrocas da Boavista, no Sambizanga. Saliente-se que o Governo da Província de Luanda (GPL) iniciou há quatro anos, o programa de realojamento de cerca de sete mil famílias que vivem na zona da Boavista, tendo beneficiado já pouco mais de três mil famílias.

O programa foi implementado para evitar que dezenas de pessoas continuassem a viver em situação de perigo e morrer todos os anos na Boavista, na sequência de desmoronamento de terras durante as épocas chuvosas. O coordenador considerou imoral e oportunista a atitude de pessoas beneficiadas com casas para poupar a sua vida e dos seus parentes, vendam os imóveis e regressem àquela zona acidentada.

Job Capapinha afirmou que na Boavista as pessoas são quase as mesmas que tinham sido beneficiadas, a correr o mesmo perigo que há quatro anos, lamentando o facto de ainda esperarem que o governo lhes atribua

novas casas.

“A população tem de colaborar no sentido de ir para locais mais seguros, porque são as famílias que estão em perigo e o GPL pode perder cidadãos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do país”, disse.

Job Capapinha informou que atitudes oportunistas do género estão na base da morosidade no prosseguimento do realojamento dos restantes moradores da Boavista em outros pontos mais seguros da província de Luanda.

5.6 A Lei de Terra e o género- perspectivas

Jornal de Angola, 14-01-2005

O ano de 2004 foi fértil em vários domínios da vida social, económica e legislativa sem colocarmos de parte os diversos acontecimentos que tiveram lugar na arena política.

Neste espaço vamos nos debruçar sobre o factor terra, que mereceu da parte de diversos actores uma atenção mais cuidada. Primeiro porque a aprovação da Lei de Terras, pela Assembleia Nacional, no mês de Agosto do ano em curso, suscitou debates acalorados e dinâmicos e segundo porque as organizações que trabalharam em paralelo com o Governo tiveram de redobrar esforços para cumprir metas necessárias para uma participação mais activa da sociedade civil e das populações, sobretudo as que sobrevivem da terra, seja através da agricultura, apicultura, criação de gado e outras.

Para uma contribuição mais efectiva dos cidadãos, foi criada a Rede Terra, que é um Consórcio de organizações não governamentais ligadas às questões fundiárias e de Direitos Humanos. Esta organização realizou um estudo minucioso do Ante Projecto da Lei de Terra e trabalhou em diversas províncias do nosso país com a população das zonas rurais, os residentes nas zonas urbanas, as entidades tradicionais, religiosas, as administrações municipais, comunais e os governos provinciais no intuito de colher o maior volume possível de informação, capaz de contribuir para o melhoramento do Ante Projecto. As contribuições dos diversos intervenientes foram divulgadas num Seminário, que teve lugar no Anfiteatro da Universidade Católica.

No que tange ao Género a Rede Terra realizou três formações sobre Género e Terra nas províncias do Huambo, Malanje e Huíla. Em todos eles as mulheres e os homens foram unânimes em afirmar que, na generalidade, o sexo masculino é o privilegiado no que toca ao acesso, posse e uso da terra.

Nas zonas essencialmente agrícolas, os homens é que possuem e dão às mulheres um pedaço de terra para ela, quando contraem o matrimónio. Ele é que herda do pai e de outros ancestrais a terra, o poder e os símbolos do poder.

Mesmo nas zonas onde as mulheres é que detêm o poder de decisão, são Rainhas, há sempre alguns rituais em que elas não participam, como por exemplo os ritos de iniciação dos rapazes e, normalmente à sua volta, os conselheiros e outros cargos de responsabilidade, pertencem a um número maioritariamente de homens. As mulheres ou ficam de fora ou se sentam no segundo círculo das grandes reuniões. Elas são educadas para obedecer, ouvir e quando for necessário opinar à porta fechada. Existem casos de mulheres corajosas que ao longo do tempo conseguiram romper com esta teia de aranha que amordaça e entorpece a argúcia e a capacidade de intervenção das mulheres nos assuntos da sua comunidade, mas infelizmente são só mesmo casos.

Tendo em consideração que o Género é um conceito que está intimamente ligado às relações humanas, tendo base a igualdade de oportunidades e igualdade de direitos na busca da equidade social, a legislação tem um papel de relevo na elaboração de leis que acatelem situações específicas em relação a conquista desses direitos. A Lei de Terras é um exemplo disso. A generalidade que decorre dos artigos em que teoricamente “todos os cidadãos são iguais...” reflecte o nosso querer e o curso da nossa história que acreditamos nos levará para este estágio, mas ainda precisamos de alguma atenção especial para salvaguardar este percurso.

No decurso dos estudos realizados pela Rede Terra constatou-se que as mulheres casadas têm pouco acesso terra como propriedade sua, fazem uso dela mas o produto da colheita normalmente é vendido pelo homem, seu marido, que na maior parte das vezes controla o lucro das vendas. Ora, a mulher é um factor determinante no desenvolvimento de uma comunidade, por isso tem de ser participativa na gestão e comercialização dos fundos provenientes do campo. Ela deve ser encorajada para que a comunidade a valorize pelo seu trabalho e também pelo resultado do seu trabalho.

Para as mulheres que residem nas áreas urbanas o debate sobre questões relacionadas com o género encontram uma aceitação e uma dinâmica mais activa. As mulheres que vivem nas zonas rurais conhecem a força da cultura e das tradições. Para elas o ponto de

partida para qualquer transformação reside na alfabetização, que solicitaram que fosse mais apoiada. As Associações locais e as igrejas devem ser incentivadas e apoiadas nos seus planos de alfabetização lá onde elas em conjunto com os governos locais, levam a bom termo esta tarefa.

6. PAZ E CIDADANIA

6.1 População faz entrega de mil armas de fogo no Huambo

Jornal de Angola, 17-01-2005

MIL e 233 armas de fogo e mil e 86 carregadores de AKM foram entregues no Huambo, de forma voluntária, pela população civil, durante o ano de 2004, ao Comando da Polícia Nacional, desta cidade.

De acordo com um documento do Comando Provincial da Polícia a que a Angop teve acesso, sábado último foram entregues também 35 armas do tipo AK-checo, 19 PKM, 14 lança-granadas, três miniVZI e 59 RPK, dos quais cinco do modelo 60 milímetros.

Segundo a nota, foram registados 22 mil e 24 cartuchos de modelos diversos, um total de 779 projecteis com diferentes modelos, destes 585 são do tipo VG25.

Registou-se ainda a entrega de 40 castores, 68 minas anti-pessoal, 48 anti-tanque e outras 38 de marca Ponzer-6, 10 AKPP M-2 e 52 espoletas diversas.

O referido material foi entregue no âmbito do processo de desarmamento da população civil que contou com a participação da Organização Não Governamental, Angola/2000, e das autoridades tradicionais dos 11 municípios da província.

A corporação teve também a ajuda da sociedade e de outras Organizações Não Governamentais.

O efectivo policial prevê este ano intensificar as actividades de sensibilização em várias localidades da província, sobretudo nas zonas antes inacessíveis.

Por outro lado, no quadro das actividades de enfrentamento, o Comando tomou nota da recolha nos 11 municípios de 387 armas de fogo, 123 carregadores de AKM, três G-3, duas RPK, uma cada de PG-9 e PKM.

Num total de 463 buscas dirigidas, a actividade de enfrentamento envolveu mais de três mil e 351 efectivos,

que permitiu de igual modo a recolha, em posse ilegal, de 135 projecteis de diversos calibres, oito lança dilagramas, uma pistola carabina soviética, 10 granadas de mão, do tipo F-1, cinco minas anti-tanque e outras sete anti-pessoal.

Foram também apreendidas duas mil e Z70 munições e um cordão detonante. Foi ainda registada a apreensão de fardamentos diversos, manivelas de rádio de comunicação, 31 cabeças combativas, para além da recolha de electrodomésticos e outros meios rolantes roubados por alguns populares responsabilizados.

6.2 Estudo analisa importância dos traumas de guerra no comportamento social

Agência LUSA, 18-01-2005

A identificação dos traumas de guerra e das suas consequências no comportamento social, especialmente entre as mulheres, é o objectivo de um estudo que está a ser realizado em Angola e deverá estar concluído dentro de três anos.

“A reconstrução nacional não deve ser vista apenas como a reconstrução das infra-estruturas, mas deve ter também como objectivo a reconstrução do homem”, defendeu a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta, que coordena o projecto.

Nesse sentido, a especialista, que falava aos jornalistas em Luanda num primeiro balanço dos trabalhos já realizados, considerou que a assistência médica psiquiátrica é “muito importante” na actual fase de reconstrução em que Angola de encontra.

O país, que viveu quase quatro décadas de conflitos armados, encontra-se em paz desde Abril de 2002, quando foi assinado o cessar-fogo que terminou com a guerra que opunha a UNITA às forças governamentais, na sequência da morte de Jonas Savimbi, ocorrida no mês anterior.

O projecto, denominado “Os traumas da guerra, a sociedade civil e a condição da mulher”, pretende avaliar a importância que os traumas provocados pela guerra assumem nos actuais comportamentos da sociedade angolana, especialmente ao nível das mulheres.

Nesse sentido, o estudo, que começou há cerca de dois meses e vai prolongar-se durante três anos, permitirá elaborar um documento que será apresentado ao governo com o objectivo de propor medidas que permitam promover a dignificação da mulher nos meios social, pessoal e familiar.

Nesta altura decorre ainda a primeira fase dos trabalhos, que incluem a recolha e análise de dados, tendo sido já realizados inquéritos nas províncias do Huambo, Cunene, Zaire, Benguela, Moxico e Luanda.

No total, prevê-se que sejam realizados inquéritos em 13 das 18 províncias angolanas, abrangendo as regiões do país que foram mais afectadas pelo conflito armado e as que acolheram mais deslocados de guerra.

Depois desta fase de recolha de dados, os especialistas vão elaborar um diagnóstico da situação, que permitirá identificar as principais consequências dos traumas de guerra e apontar medidas para ultrapassar o problema e prevenir novas situações.

O estudo é uma iniciativa do Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do MPLA, partido no poder em Angola.

6.3 Organizações não-governamentais pretendem participar na futura lei de observação eleitoral

Angonotícias, 20-01-2005

As Organizações da Sociedade Civil angolana apresentaram ontem em Luanda, em declarações a imprensa, as suas perspectivas sobre os passos a serem considerados para se verificar uma observação eleitoral transparente.

Face a abertura política e aos novos acontecimentos relativos a realização das eleições no país, nomeadamente calendarização das mesmas para 2006, e sobre o iniciou das discussões a volta do pacote eleitoral, a rede de organizações não governamental pretende dar o seu contributo para enriquecer a futura lei eleitoral a ser adoptada em Angola.

O contributo baseasse nas normas e padrões da SADC, em experiência de observação eleitoral em determinados países da região e também as experiências colhidas nas primeiras eleições gerais ocorridas em 1992.

A rede de organizações não-governamental avançou um dos 15 pontos essenciais que devem ser incluídos na futura lei de observação eleitoral, em que o observador internacional deverá testemunhar e o nacional, neste caso, como monitor, deve ter poder de intervir e fazer cumprir a lei.

7. EFEMÉRIDES

7.1 A cidade de Luanda assinala hoje, terça-feira, 25, 429º aniversário da sua fundação.

Fonte: Jornal de Angola, 31-01-2005

A capital angolana tem actualmente mais de quatro milhões de habitantes e a maior parte das dificuldades que enfrenta resulta da maioria das suas infra-estruturas

básicas.

O arranjo de algumas praças e zonas verdes tornou a cidade mais agradável.

O abastecimento de água e de electricidade continua a ser um problema para os habitantes da capital angolana, que se debatem frequentemente com cortes no fornecimento, especialmente de energia eléctrica.

O trânsito é outro dos graves problemas de Luanda. O elevado número de viaturas em circulação e a falta de locais para estacionamento são as principais razões do problema, agravado pelo constante desrespeito das mais elementares regras de trânsito por parte de um número significativo de condutores.

Saliente-se que Paulo Dias de Novais foi o primeiro governador de Luanda, isto em 1575, quando, desembarcou na Ilha de Luanda com um grupo de cerca de 700 pessoas.

Nessa altura, já tinha passado quase um século desde que o navegador português Diogo Cão descobrira e assinalará com os seus padrões toda a costa atlântica de Angola.

Poucos meses depois da sua chegada, Paulo Dias de Novais chegou à conclusão de que a ilha não era o local mais apropriado para se instalar, pelo que fundou na outra margem da actual baía a vila de S.Paulo de Luanda, que ascendeu à categoria de cidade a 25 de Janeiro de 1576.

A sua localização privilegiada suscitou o interesse dos holandeses, que iniciaram as primeiras investidas sobre Luanda em 1624, altura em que a cidade teria cerca de um milhar de habitantes,

A situação agravou-se a 24 de Agosto de 1641, quando surgiu na Baía de Luanda à Grande Armada Holandesa, comandada pelo almirante Pedro Houtbeen, que conseguiu tomar a cidade.

Em resposta, o rei D, João IV encarregou Salvador Correia de Sá e Benevides de recuperar a cidade para a coroa portuguesa.

Com uma frota de 12 navios e mais de 1.200 homens armados, Salvador Correia de Sá desembarcou em Luanda, a 15 de Agosto de 1648, tendo conseguido reconquistá-la depois de dominar um inimigo que tinha mais do dobro dos seus efectivos militares.

O início deste novo período da história de Luanda coincide com a alteração do seu nome para São Paulo

da Assunção de Luanda, numa alusão ao facto de o desembarque das forças portuguesas ter ocorrido no dia da Assunção da Virgem, que passou também a figurar no brasão da cidade.

O crescimento urbano de Luanda ocorre a partir de meados do século XIX, numa altura em que a capital angolana teria cerca de 10 mil habitantes.

Entretanto, várias actividades estão marcadas para celebrar mais um aniversário da cidade da Kianda..